

Quantos foram ao protesto do Bolsonaro?

Ficamos acostumados com estimativas fantasiosas do tamanho de multidões

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP

O tamanho de um protesto importa. Ele mostra a força (ou fraqueza) da causa. É por isso que as pessoas discutem acaloradamente qual protesto foi maior e que diferentes estimativas (organizadores, Polícia Militar) sempre aparecem e são usadas como armas pelos dois lados, sem o menor critério. É por isso que a direita bolsonarista não gostou da medição do Monitor do Debate Público no Meio Digital, comandada por professores da USP, que estimou 185 mil pessoas à multidão durante o pico do

protesto no domingo. O número preferido pelos bolsonaristas, de 600 mil pessoas, impressiona mais. O Monitor utilizou drones para tirar fotos da multidão num dia de horário, depois junta-as todas para gerar uma grande fotografia de todo o protesto naquele momento e, utilizando inteligência artificial, conta o número de pessoas. É uma medida bastante confiável e que vem se tornando mais precisa conforme a contagem automática vai ficando mais sofisticada. Não é a única medida possí-

vel. O Monitor conta o número de pessoas que estavam no protesto simultaneamente no momento de máxima participação. Isso é diferente do número total de pessoas que compareceram ao longo de todo o protesto — como mede o Datafolha usando pesquisadores presenciais —, dado que a todo momento há pessoas chegando e outras indo embora. Mas é uma medida mais fácil, barata, e mais independente do fator humano. Se o Monitor disponibilizar as fotos aéreas que utiliza, qualquer cidadão

poderá replicar sua medida. Uma multidão impressionante de 185 mil pessoas só parece decepcionante por um único motivo: fomos acostumados, durante anos, com estimativas completamente fantasiosas do tamanho de multidões. Quatro mil na Parada LGBT? Essa quantidade nem sequer cabe dentro da avenida Paulista. Tomando sua direi — cerca de 130 mil metros quadrados —, é imaginando seis pessoas por metro quadrado, chegamos a uma lotação máxima de 780 mil pesso-

as; e isso é espremendo todo mundo como num metrô lotado. Só a título de comparação, o protesto de domingo é o maior já medido pelo grupo. A festa de vitória do Lula, também na Paulista, juntou cerca de 58 mil pessoas em seu pico. Não ajudou nada o fato de o site de esquerda Brasil 247 ter atribuído ao grupo da USP a estimativa de 30 mil pessoas, essa sim muito abaixo da realidade. Tudo indica que o site encontrou a estimativa que o Monitor fez de um ato na Paulista em 2021, e erroneamente publicou como se se referisse ao protesto de anteontem. Isso só contribuiu para alimentar a percepção falsa de que a estimativa é politicamente enviesada e gerar ataques da direita bolsonarista contra os pesquisadores.

O progresso técnico na contagem de multidões é apenas uma parte do desafio. A construção e conquista a conjun-

ção de ambos os lados do debate público. E aí não há muita prometa. Ser transparente com método e com os dados — mostrando as fotos analisadas e os horários — ajuda. Assim como demonstrar total imparcialidade. Pode não pegar tão bem mostrar que a Parada LGBT ou a Marcha para Jesus têm menos gente do que seus organizadores alardeiam, mas, se ficar claro para todos que os números do grupo não têm lado, serão aceitos por cada vez mais pessoas.

Em tempos de hiperpolarização, todo pequeno júbilo de terreno por fatos sólidos — que são usados para testar e limitar as narrativas, e não contruídos para legitimá-las — é algo a se celebrar. No futuro, o tamanho de protestos pode ser algo tão consensual quanto medições de temperatura e distância; e poderemos gastar energia discutindo coisas mais produtivas.

João, Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | sec. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | qu. Elio Gaspari | qu. Conrado H. Mendes | sec. Marcos Augusto Gonçalves | sds. Demétrio Magnoli

STF autoriza renegociação de acordos da Lava Jato por empresas

Decisão vem durante audiência relacionada a ação apresentada por PSOL, PC do B e Solidariedade

José Marques

BRASÍLIA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça fixou nesta segunda-feira (26) um prazo de 15 dias para que entes públicos e empresas cheguem a um consenso em ação que questiona os acordos de leniência firmados na Operação Lava Jato e seus desdobramentos. A decisão foi dada em audiência de conciliação relacionada a uma ação apresentada no ano passado pelo PSOL, PC do B e Solidariedade. O argumento dos partidos é que esses pactos foram celebrados antes do acordo de cooperação técnica que sistematiza regras para esse procedimento — e, diz que, por isso, eles seriam irregulares. O ministro do Supremo estabeleceu que durante esse período está suspensa qualquer multa em razão de eventual descumprimento das empresas das obrigações financeiras pactuadas. Participaram da audiência os partidos que ingressaram com a ação, a PCR (Procuradoria-Geral da República), o TCU (Tribunal de Contas da

União), a AGU (Advocacia-Geral da União), a CGU (Controladoria-Geral da União) e a Caixa Econômica Federal. Além disso, também estavam no encontro empresas como a UTC, a Mertha (antiga OAS), a I&F Investimentos, a Camargo Corrêa, a CR Amelida, a Engestr, a Novonor (antiga Odebrecht), a Samsung Heavy Industries, a Braskem, a Companhia Paranaense de Construção, entre outros. Todas elas foram alvo da Lava Jato ou de outras operações de combate à corrupção na última década. O Supremo afirma por meio de nota que Mendonça ressaltou a importância dos acordos de leniência como instrumento de combate à corrupção e que a conciliação não servirá para que seja feito "revisão histórico". Ele afirmou, de acordo com o comunicado, que o objetivo é assegurar que as empresas negociem com os entes públicos com base nos princípios da boa-fé, da mútua colaboração, da confidencialidade, da razoabilidade e da proporcionalidade. Na reunião, o procurador-geral da República, Paulo Go-



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça. *Report/Contrasto/STF*

net, disse que concorda com a abertura de diálogo, assim como o presidente do TCU, Bruno Dantas. Acordo de leniência é uma espécie de delação premiada das empresas. Elas reconhecem erros em troca de benefícios fiscais e se comprometem a ressarcir o prejuízo em troca de continuar com contratos públicos. A ação na qual houve a deci-

são de Mendonça foi apresentada antes de o ministro Dias Toffoli suspender o pagamento de multa de dois dos principais acordos de leniência firmados no Brasil. Em 20 de dezembro, ele paralisou o cumprimento dos pagamentos impostos à I&F (dona da marca JBS), dos irmãos Wesley e Ivoesley Batista, no valor de R\$ 10,3 bilhões. Na mesma determinação,

Toffoli autorizou o grupo empresarial a ter acesso à integralidade das mensagens da Operação Spoofing, que possui conversas entre procuradores da Lava Jato. Em sua decisão, Toffoli disse que há suspeitas, a partir do material obtido pela Spoofing, de que "teria havido contato entre o juízo processante e o juízo de acusação para elaboração de cenário je-

rádico-processual-investigativo que conduzisse os investigadores à adoção de medidas que melhor conviesse a tais órgãos, e não à defesa em si".

Amélia de Toffoli, Roberta Rangel, é advogada do grupo dos irmãos Batista, responsável pela atuação no litígio entre a empresa e a Paper Excellence pelo controle da Eldorado Celulose.

O acordo de leniência foi firmado no âmbito da Operação Greenfield em 2017 por conta dos danos à administração pública e aos fundos de pensão decorrentes de crimes atribuídos pela Procuradoria a executivos do grupo.

Em 9º de fevereiro, Toffoli também suspendeu o pagamento da multa da Novonor. O ministro afirmou ter "dúvida razoável" sobre o requisito da voluntariedade da empresa ao firmar o acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal), que lhe impôs obrigações patrimoniais, o que justifica, por ora, a paralisação dos pagamentos.

O acordo de leniência da Odebrecht foi firmado inicialmente com o MPF em dezembro de 2016, no montante de R\$ 3,8 bilhões corrigidos, esse valor chegaria a R\$ 8,5 bil, até o fim do pagamento das parcelas, em mais de 10 anos. Dois anos depois, houve repactuação na qual foram inseridas a CGU e a AGU no acordo.

No último dia 8, Toffoli esclareceu em manifestação que a Novonor segue obrigada a pagar a multa prevista no acordo de leniência firmado com esses dois órgãos do governo federal.

Ficou suspensa apenas a multa do acordo de leniência firmado com o MPF no âmbito da Operação Lava Jato. Em recursos, Gonet já argumentou ao Supremo que as ações relatadas por Toffoli têm relação com o processo comandado por Mendonça.

Quem chama o Supremo de ativista quer instrumentalizar a corte, afirma Flávio Dino

BRASÍLIA Recém-empossado como ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino afirmou nesta segunda-feira (26) que a corte não tem o objetivo de interferir na política e que alguns dos que dizem que ele é ativista querem "instrumentalizar o STF para os seus propósitos". "Se o Supremo Tribunal Federal ou qualquer tribunal for instrumentalizado por uma posição política, qualquer que seja ela, ele perde o sentido de existir", afirmou o ministro. A fala do ministro foi feita em evento para calouros do

IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), que tem o ministro do Supremo Gilmar Mendes como sócio. O ministro ainda disse que se o Supremo não fosse tão demandado para resolver questões relacionadas aos Poderes, isso seria um sinal da sua "irrelevância". A fala de Dino ocorre em meio a uma crise, precipitada pela decisão de o Supremo não aceitar a cassação de um deputado do Congresso. Parlamentares de oposição têm criticado o STF e dizem que o tribunal é ativista e invade a competên-

cia dos outros Poderes. Dino, que era o ministro de Justiça do governo Lula (PT), tomou posse no STF na última quinta-feira (22), ocupando a vaga da ministra aposentada Rosa Weber. Ele é o segundo indicado por Lula no atual mandato do presidente. O primeiro foi Cristiano Zanin, que foi o advogado do petista em ações da Operação Lava Jato. O novo magistrado é o primeiro ministro da corte, dentre os indicados após a redemocratização do Brasil, em 1985, a ter sido eleito para car-

go do Executivo antes de compor o tribunal — Dino foi governador do Maranhão pelo PC do B entre 2015 e 2022. Indicado o Legislativo no recorte, após um hiato de pouco mais de 25 anos, Dino é o quinto indicado desde a redemocratização a ter passado por cargo eletivo.

Ao ser aprovado no Senado Federal para a corte, em dezembro passado, Dino recebeu 47 votos a favor e 23 contra — com duas abstenções.

Para ter o nome ratificado após a indicação presidencial, ele precisava do apoio de ao menos 41 dos 81 parlamentares da Justiça e do STF. Desde a redemocratização, apenas André Mendonça, que foi indicado por Jair Bolsonaro em 2021, havia re-

cebido mais votos contrários (32) do que Dino (31).

Após a aprovação, o ex-governador do Maranhão soube 60 dias em atividade política antes de assumir o assento no órgão de cúpula do Judiciário. Senador eleito em 2022, ele teve passagem relâmpago de 21 dias pela Casa depois de deixar o Poder Executivo e antes de assumir sua vaga no Supremo.

Com a saída da ministra Rosa Weber, que — com duas abstenções — em setembro do ano passado por completar 75 anos, a idade de máxima permissão para o cargo, e a chegada do ex-ministro da Justiça ao STF, o Supremo agora tem em sua formação dez homens e apenas duas mulheres, a ministra Cármen Lúcia. JM

Flávio Dino
ministro do STF